



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS: AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS
TRABALHADORAS RURAIS**

**ALDENOR GOMES DA SILVA; LAETICIA MEDEIROS JALIL; THALITA
COSTA DA SILVA;**

UFRN

NATAL - RN - BRASIL

aldenor@ufrnet.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS: auto-organização das trabalhadoras rurais

INTRODUÇÃO

Sabe-se que numa sociedade capitalista avançada, um elevado grau de tecnificação das atividades agrícolas e o índice de produtividade é um parâmetro de avaliação de desempenho e viabilidades de projetos produtivos rurais e políticas públicas. Diante disso, como justificar a implementação de projetos produtivos para grupos de mulheres trabalhadoras rurais no nordeste?

O meio rural brasileiro é fortemente marcado pela idéia de ser o espaço para a realização de atividades agrícolas, valorizando diversas ações que gerem um desenvolvimento econômico. A esfera econômica ganha força e centralidade nos discursos de justificativa da viabilidade de manutenção destas políticas para os diversos atores sociais que se inserem no meio rural.

Nos últimos anos vem-se requerendo e legitimando o meio rural como território que comporta diversas relações sociais. Surgem novos sujeitos políticos, novos espaços para

atividades sociais, culturais e econômicas. A partir dos anos 80, passaram a ser questionados alguns conceitos e paradigmas que permeavam a discussão sobre o meio rural e o meio urbano, que eram tratados como antagônicos, tanto no que se refere à construção social como o desenvolvimento político e econômico. O rural passa a ser percebido e identificado como um novo espaço de inter-ação social, levando em conta os diversos campos onde se dão estas ações e não mais apenas como lugar da produção.

É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além do arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros o mundo rural está criando um outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento (CARNEIRO,1998, p. 8).

A autora alerta para a discussão sobre o que seja o rural, como espaço de identidade, ou de reconhecimento social, com suas representações simbólicas dos grupos rurais. Assim, não se pode dizer que rural é o que se tem determinado como espaço físico, mas como se sente, como se vive, o que se vive no *meio rural*.

A ruralidade passa a ser percebida também no universo simbólico das representações culturais. Existe um processo de absorção, reabsorção, aparecimento e desaparecimento, como uma agonística interminável da imagem do rural, do seu significado simbólico, no universo do coletivo social (CARNEIRO, 1998).

Dentro deste contexto, e catalisado por diversos fatores externos e internos, novos sujeitos políticos surgem. Aqui ressalta-se a organização das trabalhadoras rurais e como isso se dá em torno de um projeto produtivo.

Numa pesquisa qualitativa e comparativa, acompanhou-se dois grupos de mulheres que eram orientados pela AACC (Associação de Apoio as Comunidades do Campo¹) na região do Mato Grande, Município de São Miguel do Gostoso- RN. São eles: “Mulheres Decidas a Vencer” da Agrovila Paraíso; “Grupo de Mulheres Maria” da Agrovila Arizona.

Num período de cinco meses, com visitas regulares aos grupos realizaram-se uma série de atividades, tais como: aplicação de questionários, oficinas, seminários, encontros e trocas de experiências. Estes instrumentos foram utilizados com a intenção de problematizar a realidade dos grupos, propiciando discussões no campo político, fazendo com que estas mulheres pudessem trazer questões reais de seu cotidiano, problematizando suas realidades; dentre elas, os projetos dos quais participam, tomando como referencial os princípios propostos pela Marcha Mundial das Mulheres, que visa fortalecer os movimentos sociais e possibilitar a auto-organização das mulheres como “sujeito político”.

¹ A Associação de Apoio as Comunidades do Campo – AACC é uma organização não governamental com uma larga experiência no estado, de trabalho de organização de comunidades rurais.

A construção deste novo sujeito político leva a um questionamento do *Habitus*² do meio rural, pois para haver esta mudança, se faz necessária uma compreensão das estruturas sociais, suas instituições, suas organizações sociais e de que forma se apresentam na economia, na política e na cultura e fazendo o questionamento destas instituições (como normas básicas de socialização) e pensá-las como uma construção, fruto desta mesma estrutura social, ou seja, fruto de um dado momento histórico, temporal e que responde às necessidades do “sistema”. É uma relação dialógica, de se colocar o objeto (o sistema) como fruto da construção social, invertendo a lógica alienante, onde subordina e concentra as discussões na ordem econômica. Essa abordagem permite se contemplar outras dimensões do sistema social como o cultural, o político e o social, não como unidades independentes, fragmentadas, mas como processos de socialização paralelos, porém indissociáveis, que contemplam o *Todo* social.

1 – A práxis política da categoria de gênero na vida das Trabalhadoras Rurais

Ao observar o trabalho das mulheres, deve-se ir além da constatação de que há desigualdade entre homens e mulheres, não só no âmbito sócio-cultural mas, sobretudo político e econômico.

Numa visão do feminismo, observar e problematizar as condições materiais da existência de mulheres e homens é fundamental para compreender de que forma as mulheres se colocam na sociedade e como as desigualdades se materializam, sem ignorar as especificidades de cada grupo que, neste caso, guardam como mulheres trabalhadoras rurais.

Ao trazer esta discussão para as questões das mulheres, o movimento feminista se propõe a questionar a base material em que esta desigualdade se materializa, pois seria impossível realizar alguma transformação social sem acabar com as bases de sustentação da sociedade capitalista, entre elas as desigualdades nas relações de gênero.

Para tanto, a escolha teórico-metodológica vem a afirmar que na abordagem as condições em que vivem as mulheres não é produto de uma natureza, ou condição biológica, mas é uma construção social que ganha força no modo de produção capitalista. Sendo assim, o conceito de gênero ajuda a sistematizar esta problematização. Para Joan Scott a categoria de gênero auxilia a elucidar as realidades históricas construídas, que no âmbito cultural, definem o que significa ser mulher e homem.

O Gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere a oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido.[...] Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero

² BOURDIER (1989). *Habitus-habito*. O *Habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural - mas, também a de uma agente em ação (BOURDIER, p.61).

tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT, 1990, p.14).

Nesta mesma discussão Nalu Faria e Miriam Nobre ajudam a trazer para o movimento feminista a prática deste conceito:

O conceito de gênero foi elaborado por estudiosas da questão da mulher nas universidades e apropriado pelos movimentos como um instrumento de análise e de organização da ação. Esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isto, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico.

Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres (FARIA, 1997, p. 29/30).

Este conceito propicia trazer esta discussão para o campo da cultura, da ideologia e das relações sociais, pois, como propõem esta abordagem teórico-metodológica, as desigualdades se constroem na história, no tempo, em determinados modos de produção, diferenciando-se culturalmente, mas, guardando como característica principal, a dominação e valorização do masculino sobre o feminino, os papéis, lugares e significados que cada um vai tomando nas sociedades, materializando-se em relações de poder.

Pensar gênero e as relações de poder que estão por trás desta construção, só serve como instrumento de análise e de potencialização das ações do movimento feminista se articular com outras questões as quais as mulheres estão inseridas como a discussão de classe, raça, idade, rural ou urbana, as condições históricas de cada uma e as possibilidades que estas mulheres, como sujeitos, se constroem.

Embora percebendo que há muitos elementos comuns à vida das mulheres, não se pode ignorar as suas especificidades ou como as possibilidades e trajetórias de cada uma se constroem, mostrando que não se terá de fato escolhas dentro deste provável espaço social, sem questionar profundamente como isto tudo se dá. Desta forma, outro conceito importante para fomentar a discussão feminista e que reafirma nossa proposta de análise em desnaturalizar as relações de poder e os papéis atribuídos aos homens e mulheres é o conceito de *habitus*. *Habitus*-hábito como um conhecimento adquirido, incorporado como um esquema de percepção de pensamentos que geram ação. Conhecimento sobre as coisas, sobre a vida. É também um capital simbólico, por isso que é difícil de questionar sua natureza e está orientado pelo esquema do simbólico (no pensamento), mas que orienta-regula-reduz-determina as ações dos sujeitos históricos. Se realiza na linguagem, nas repetições, nos costumes, que se engendram na construção do ser social (BOURDIER, 1998).

O Habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural - mas, também a de uma agente em ação (BOURDIER, 1989, p.61).

Nessa perspectiva, o simbólico é concebido como uma prática realizada por indivíduos que, através dele, se constituem sujeitos, agindo sobre si e sobre aqueles com quem interagem, construindo a sua realidade social, que se materializa em espaços e relações políticas e econômicas.

A Marcha Mundial das Mulheres, ao possibilitar a auto-organização das mulheres, questiona o sistema social e as bases econômicas que fortalecem as desigualdades sociais. Por compreender gênero como sendo um conceito relacional, ou seja, um gênero só existe em relação a outro e não ignorando as particularidades de cada grupo, articula as lutas das mulheres numa perspectiva global, tanto no âmbito das relações pessoais como nos espaços públicos, fazendo-as perceber que tanto o processo de dominação como emancipação se dá em relações de interação, conflito e poder que envolvem diversos atores.

Deve-se romper com as discussões que trazem a luta das mulheres para o campo das relações pessoais, como sendo uma “questão de mulher”, para articulá-la em uma luta política que deva ser abarcada por toda a sociedade e movimentos sociais que lutam contra este sistema hegemônico.

As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, não existe uma oposição entre questão das mulheres (que seria específica) e questão da sociedade (que seria geral). Os mundos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme inserção de mulheres e homens, a partir de seus papéis masculinos e femininos. Portanto, não existe uma luta geral e depois uma luta específica, mas em todas as situações que queremos modificar, temos que considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres (FARIA & NOBRE, 1997, p. 31/32).

Com esta proposta, a Marcha Mundial das Mulheres articula a luta das mulheres com as discussões globais, fortalece a auto-organização das mulheres e problematiza o mundo do trabalho, acreditando ser este um instrumento em que elas estão conseguindo transformar as relações de poder, pois é na divisão sexual do trabalho que se expressa a base material das desigualdades de gênero e que serve muito bem ao sistema capitalista, que se constroem e fortalece com a hierarquização e valorização dos trabalhos executados por homens e mulheres, diferenciando o trabalho produtivo, geralmente atribuído aos homens ao reprodutivo ou doméstico, atribuído às mulheres, colocando-os em esferas sociais distintas. O capital ganha muito por não precisar remunerar o trabalho reprodutivo, que é realizado pelas mulheres.

Não perceber a forma com que o capital se apropria do trabalho e não problematizá-la é uma proposta política, pois a divisão sexual do trabalho se realiza concomitantemente a divisão social do trabalho e a organização da sociedade em classes desiguais, base na organização de uma sociedade salarial.

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. O primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1984, p.104).

Ao abordar as mulheres trabalhadoras rurais como categoria de análise dentro desta conjuntura, esta-se dando uma identidade política a elas. Entender de que forma elas estão inseridas em seus meios e como articulá-las com lutas globais tem sido o desafio da Marcha Mundial das Mulheres e de diversas entidades que afinam suas lutas políticas e ideológicas a estas propostas.

Possibilitar a auto-organização de grupos de mulheres em busca de um trabalho produtivo, rompendo com a esfera privada do trabalho feminino no meio rural e conseqüentemente levando-as a um questionamento da ordem simbólica na qual estão inseridas, de forma que possam perceber o caráter social e cultural e desnaturalizem as relações sociais e de trabalho a que estão sujeitas, transformando as suas realidades, tem sido o norte das políticas institucionais destas entidades, bem como a pauta das reivindicações dos movimentos sociais que atuam no meio rural brasileiro, neste contexto de antiglobalização e políticas contra hegemônica.

Entendendo que para haver uma mudança de *habitus*, se faz necessária uma compreensão das estruturas sociais e suas instituições, que no meio rural se mostram mais reforçadas pela tradição, a família e a religião. As trabalhadoras rurais têm uma maior dificuldade em quebrar com esta lógica, sendo o meio rural um espaço particularmente marcado pelas relações de opressão, machismo e patriarcado.

As mudanças das instituições sociais se realizam, segundo Bourdieu, na linguagem e que aqui não se limita ao ato do falar, mas como afirma, a tudo que se realiza no próprio agir social, a existência do ser, as relações de trabalho, a escola, a política, a família, os papéis que ocupam socialmente, a tudo que dá sentido e significado as ações sociais. Este será o mundo das verdadeiras revoluções, que se materializa em novos *Habitus*, favorecendo a participação da mulher em espaços políticos, econômicos e sociais, antes predominantemente masculinos, de forma decisória para a implementação de novas políticas públicas para o meio rural brasileiro, políticas essas que considerem as demandas e os impactos na vida das mulheres rurais, e que se adequem as transformações gerais que este espaço vem sofrendo.

A libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino na indústria social, que por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade [...] Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em indústria social. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão serviço público (ENGELS, 1984, p. 116/117).

O processo de consolidação das trabalhadoras rurais como sujeito político feminista, deve vir acompanhando de transformações das relações que estas têm com a família, catalisadas pela inserção delas no mundo do trabalho produtivo e alicerçadas por discussões políticas que as façam compreender a complexidade das construções sociais, como determinantes de sua condição de mulher, mãe, dona de casa, agricultora, artesã e

sujeito político que construa, com suas mãos, o caminho da transformação social, que culmine na utopia feminista.

2 – Grupo de Mulheres da Agrovila Arizona

A ocupação da Fazenda Arizona ocorreu no ano de 1996, período em que diversas ocupações aconteceram no Rio Grande do Norte, tendo o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) como principal interlocutor. Primeiramente, eram 180 famílias que se dividiram em três agrovilas de 60 famílias: Arizona, Paraíso e Novo Horizonte.

A agrovila Arizona possui um grupo de mulheres que se organizou em torno de um projeto produtivo de horta agroecológica. O processo de constituição do grupo se deu a partir de uma visita realizada por uma técnica do INCRA para apresentação do programa PRONAF – Mulher, do Governo Federal. As propostas deste programa serviram como estímulo para a formação do grupo de mulheres com a finalidade de conseguirem o acesso aos financiamentos (linhas de crédito) do programa. Logo em seguida, doze mulheres começaram a se organizar para formação de um grupo no qual pudessem desenvolver algum projeto produtivo. Este grupo passou a se chamar “Maria”.

Um segundo passo foi à conquista do terreno, negociado com a Associação. Mesmo sem qualquer financiamento elas começaram a plantar e com o dinheiro da primeira colheita compraram uma cisterna. Das doze mulheres que compõe o grupo, atualmente, somente oito participam regularmente do FOPP (Fórum de Participação Popular em Políticas Públicas), em São Miguel do Gostoso, município do Rio Grande do Norte.

Algumas componentes do grupo já participaram de atividades fora do Estado, como o III Fórum Social Potiguar, em 2003, e no ano de 2005 de tantas outras atividades tais como: o “8 de Março” em São Paulo, Cursos de formação política em gênero, capacitação em Economia Solidária, Feira de Agroecologia em Mossoró, I Feira Estadual de Fomento a Economia Solidária em Natal, plenária do Fórum Social Potiguar em Natal. Participaram também da elaboração e organização do 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais de São Miguel do Gostoso, e da Batucada Feminista na Marcha de São Miguel do Gostoso.

2.1 O Processo de construção de Sujeitos Políticos, Feministas

Após diversas oficinas e atividades realizadas com o grupo percebe-se que uma característica importante é a presença de mulheres jovens que trazem novas demandas, necessidades e desejos. Isso tem gerado conflitos internos, diante dos interesses e expectativas diferenciadas em relação ao projeto original, dado que a disparidade de gerações nem sempre é potencializada para execução das tarefas.

As mulheres jovens demonstram o interesse em estar executando outra atividade produtiva, como o artesanato que foi potencializado anteriormente no grupo pela presença

de uma artesã. Assim, percebe-se uma divisão interna em torno do projeto e na formação e fortalecimento de uma identidade única do grupo.

Diante disso, deduz-se que é muito importante a elaboração de um projeto produtivo que absorva as expectativas destas jovens, pois elas, apesar de terem demandas diferenciadas, também têm uma necessidade urgente de estarem participando de um projeto produtivo, que potencialize suas ações afirmativas como sujeitos políticos, numa perspectiva feminista de geração de renda e produção social. Um exemplo real desta necessidade foi a saída de duas jovens da comunidade, que participavam do grupo, em busca de trabalho na cidade de Natal.

A compra dos instrumentos da batucada pela AACC possibilitou que algumas jovens participassem da Batucada Feminista, projeto proposto pela Marcha Mundial das Mulheres e que consiste em levar um instrumento de ação participativa das jovens em suas comunidades. As jovens demonstraram interesse e estímulo para participar da Batucada, porém elas ainda não conseguem percebê-la como uma ação política para articulação ampliada com outras jovens e espaço político de intervenção delas, trazendo sua voz para o movimento de mulheres, contemplando as diversas gerações do movimento. Isso decorre da falta de discussão política sistemática entre elas, através de oficinas e encontros, que as resguarde como sujeito político feminista.

Após vivência com o grupo e realização de entrevistas, foram identificados outros pontos que devem ser analisados, tais como: dificuldade de acesso à água (falta de infraestrutura) impedindo o desenvolvimento do projeto produtivo da horta; não periodicidade em reuniões internas do grupo dificultando o fortalecimento político; falta de um espaço físico para reuniões; ausência de participação das mulheres em espaços políticos da comunidade, como a associação, para que estas possam incluir nas pautas de discussões as reivindicações do grupo e das mulheres como sujeito político.

As mulheres reconhecem que, após participarem do grupo, se sentem mais à vontade para se inserirem em outros espaços políticos. Uma grande conquista apresentada pelo grupo foi que, através, da participação no FOPP, conseguiram a aprovação do projeto de Horta Agroecológica com acompanhamento da AACC, bem como um poço doado pelo INCRA.

O grupo de Mulheres do Arizona demonstra uma disposição para participar das atividades externas. Articulando-se com outros grupos da região percebe a importância do projeto produtivo como instrumento que possa potencializar a transformação de suas realidades, bem como, para fortalecer sua construção política. As mulheres mostram uma disposição para participar de seminários, feiras, intercâmbios e percebem a importância de todas terem as mesmas oportunidades de participação, principalmente as jovens.

3- Grupo de Mulheres da Agrovila Paraíso

A Agrovila Paraíso surgiu da divisão da ocupação da Fazenda Arizona, no município de São Miguel do Gostoso. Compõe-se de 60 casas, 01 sede da associação dos

moradores, 01 escola de 1º grau, 01 casa de farinha, 01 campo de futebol, 01 horta comunitária do grupo de mulheres e 01 aviário.

A principal atividade é a agricultura de subsistência que movimenta a economia, favorece as relações sociais, não só do Paraíso, mas com outras comunidades próximas tendo como principais produtos a mandioca, feijão, milho e o carvão.

O grupo de mulheres é denominado “Unidas Venceremos”, formado no início de 2002. Esse grupo de começou com a participação de 21 mulheres, entre 18 e 55 anos, iniciando as atividades produtivas em junho de 2003 por iniciativa de um pequeno grupo que solicitou um projeto produtivo na reunião do FOPP. Participam atualmente deste grupo 09 mulheres que desenvolvem duas atividades produtivas: criação de galinhas caipiras e horta agroecológica.

Estimuladas pelo então presidente da Associação de Moradores da Agrovila Paraíso, e após freqüentarem diversas reuniões do FOPP, aderiram às propostas da AACC em apoiar grupos que demonstrassem interesse em desenvolver projetos dentro das perspectivas defendidas pela entidade. Esta propunha projetos que viessem a contribuir com a auto-organização das mulheres, rompendo com o modelo até então existente em que as mulheres não participavam do processo de produção social e decisão política. Isso porque, aquele modelo, guiava-se pela lógica hegemônica da dominação masculina, na qual não se atribui o mesmo valor político, econômico e social aos diversos atores envolvidos na realização do trabalho e dos papeis desenvolvidos.

Após diversas reuniões na comunidade, as mulheres entraram em contato com a AACC para afirmar o interesse em formar um grupo e desenvolver um projeto produtivo, demonstrando uma disposição em romper com o modelo existente que vem sendo reproduzido através das praticas cotidianas, refletindo na sua condição de sujeito que vivenciam enquanto mulheres trabalhadoras rurais.

Com a participação do presidente e algumas mulheres em reuniões, foram trazendo notícias de que poderíamos formar um grupo. Foi aí que a gente começou a participar das reuniões do FOPP. Começamos a chamar as mulheres para participar das reuniões e tomamos conhecimento que havia pessoas para organizar grupos. Daí, marcamos uma reunião com o responsável pela AACC e foi, a partir daí, que começou a nossa luta pelos nossos direitos de ser sócia e opinar nas reuniões da nossa comunidade. Essa foi a primeira vitória: a de sermos respeitadas e poder opinar. Nós não éramos convidadas para participar de nada e nem sabíamos que tínhamos este direito. (Entrevista com uma participante).

Depois que conseguimos o projeto, negociamos com os homens o terreno. Na assembléia da associação conseguimos a doação oficial. Os homens não acreditavam na gente; diziam que se eles não conseguiram, imagine se as mulheres iam conseguir. (Entrevista com uma participante).

Para a AACC, um dos aspectos relevantes em apoiar o grupo foi a percepção de que este sabia da importância de estarem reunidas para a participação em um projeto produtivo. Após análises e estudos, aliados à pré-disposição do grupo em participar de um projeto produtivo, foi proposto pela AACC um projeto em agroecologia, aprovado e financiado

pela Geneve Tiers-Monde e a agência VOLKART (AACC, 2003), contemplando duas atividades: a criação de galinha caipira e a horta orgânica, envolvendo 18 mulheres.

A assessoria técnica da AACC foi fundamental para que o grupo se fortalecesse, apoiando com capacitação política, elaboração do projeto, acompanhamento e apoio técnico na execução dos projetos produtivos. No entanto, esta assessoria percebe algumas fragilidades do grupo, apresentadas em diagnóstico, tais como:

Apesar do grupo conceber a importância da organização das mulheres, pudemos observar que existe uma certa rivalidade entre algumas participantes que alegam problemas pessoais entre as mesmas. Segundo estas, são problemas que vêm de outras práticas envolvendo as famílias da comunidade em sua organização mais geral (AACC-2004).

Outro ponto apresentado neste relatório é a pouca participação das mulheres em espaços públicos, como Associação de Moradores e FOPP, nos seguintes termos:

Algumas já trazem consigo um histórico de participação em organizações: **MST, FOPP, Associação local e STR** sejam participando de reuniões ou fazendo parte do quadro de sócios. Das mulheres que integram o grupo, apenas 05 fazem parte da associação com pagamento de mensalidade. Estas sentem que participam da associação. As demais, não se sentem da associação e não compreendem a sua importância (Relatório AACC, 2004)

Apesar da constatação das questões acima apresentadas, a assessoria técnica da AACC percebe a importância de continuar apoiando a organização e o fortalecimento do grupo. Assim procede por compreender que esse se encontra em processo de construção como sujeito político e que, como outros grupos, guarda contradições trazidas no seio da sociedade no cotidiano das relações sociais, estando inseridas num modelo opressor, machista, imediatista e individualista em que são confrontadas com a proposta do trabalho em grupo, tornando muito fortes estas contradições.

3.1 Construindo a Identidade Política, Feminista

Estudos de diagnósticos anteriores somados as novas análises frutos do processo de intervenção e sistematização realizado, observou-se que o grupo apresenta alguns problemas que devem ser superados tais como: falta de articulação entre as sócias, bem como entre os projetos produtivos; ausência de uma dinâmica de reuniões para discussões internas; forte presença de relações familiares no grupo, o que dificulta uma maior interação; hierarquia e autoritarismo entre as sócias; pouca participação de todo o grupo em eventos externos; falta de articulação do grupo com outras organizações de mulheres da região; falta de um espaço físico para reuniões.

Com a existência de duas atividades produtivas (horta e criação de galinhas) o grupo apresenta dificuldades em articular as atividades numa perspectiva Agroecologia, como

inicialmente foi proposto e pensado pela AACC. A construção da identidade política do grupo, que se articula com a proposta do projeto, está em processo de fortalecimento e reconhecimento das sócias, através da realização sistemática de oficinas e seminários para discussões políticas que abranjam as temáticas de gênero, economia solidária, políticas públicas, dentre outras. Assim, percebe-se a necessidade de fortalecimento do grupo, como um grupo de mulheres, enquanto um sujeito coletivo único que executa duas atividades produtivas.

O Grupo de “Mulheres Decididas a Vencer” demonstra uma intenção e força para superar estes obstáculos, pois percebe a importância do projeto produtivo como instrumento que possa potencializar a transformação de suas realidades, bem como, para fortalecer sua construção política. As mulheres mostram uma disposição para participar de seminários, feiras, intercâmbios e percebem a importância de todas terem as mesmas oportunidades de participação, quebrando com a centralização anteriormente percebida de algumas mulheres no grupo. Também passou a assumir uma maior divisão de tarefas, descentralizando as informações. O poder de decisão que estava nas mãos de duas sócias rompeu-se, e realmente, parte-se para uma organização mais coletiva e horizontal.

A participação das mulheres em espaços públicos vem se tornando uma prática real do grupo. No ano de 2005 elas participam do FOPP, do “8 de março” em São Paulo, da Feira de Agroecologia em Mossoró, garantiram presença na diretoria da Associação de Moradores. Todas são associadas e participaram da elaboração e organização do 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais de São Miguel do Gostoso.

Atualmente o grupo passa por uma disputa política com o presidente da Associação de Moradores da Agrovila Paraíso, que tenta centralizar e dominar as decisões tomadas na comunidade e no grupo de mulheres. Elas têm demonstrado uma grande capacidade de decisão e organização interna para enfrentar as discussões na esfera pública, inclusive em assembleias em que defendem a autonomia do grupo frente às decisões que lhes são próprias, reafirmando sua identidade política como sujeito coletivo e sendo reconhecidas como tal pela comunidade. Após este conflito percebe-se uma maior união entre as mulheres, como que tomadas por um sentimento de luta para não perderem a conquista do grupo e dos projetos, que sempre se mostrou em suas falas como algo valioso.

O que eu tenho para falar do nosso grupo é que ele me faz bem e me fez descobrir coisas que eu nunca pensei antes. Me faz pensar em um futuro melhor para mim e me faz fazer coisas que nunca pensei em fazer antes sinto-me muito feliz em participar. (Entrevista com uma participante)

O grupo é importante, pois agora temos um trabalho e participamos de muitas reuniões onde somos respeitadas. Antes eu não sabia de nada, tinha medo de falar, agora vou às reuniões e já falo. (Entrevista com uma participante.)

Estas respostas demonstram a capacidade do grupo de se reorganizar perante as novas realidades que surgem com o passar da sua história política, cultural e social, estando inseridas numa realidade que lhes é comum.

Em relação ao projeto produtivo, o grupo revela necessidade de respostas efetivas quanto à geração de renda, pois elas criaram uma expectativa maior do que as

possibilidades reais que o projeto oferece, mesmo reconhecendo que lhes foi explicado pela assessoria técnica da AACC. Considerando o tipo do projeto, elas entendem que este traz pouca rentabilidade, principalmente após participarem de trocas de experiência com outros grupos que desenvolvem atividades mais rentáveis, como artesanato.

Estas questões acima referidas trazem implicações profundas com relação à interação delas com o projeto produtivo, pois este não possibilita de imediato a autonomia das mulheres no aspecto da inserção na produção social, assim tendem a permanecer no trabalho exclusivamente reprodutivo.

Neste aspecto, entendemos que é necessário considerar o contexto social, cultural, político e econômico que estas mulheres estão inseridas, guardando como indivíduos e grupo as contradições próprias desta realidade. Assim, a continuidade do projeto produtivo articulado às discussões políticas da assessoria técnica e as intervenções da luta das mulheres, pautadas pela Marcha Mundial das Mulheres, serão instrumentos para a potencialização das ações individuais em direção às transformações das realidades vividas por elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do período de cinco meses da convivência com os grupos de mulheres, através de reuniões, oficinas, entrevistas e muitas visitas, explicitaram-se algumas respostas para questões que se levantaram na caminhada de organização daquelas mulheres. Uma delas refere-se à não eficiência dos projetos produtivos no que diz respeito à geração de renda, levando a mudança de suas realidades econômicas. Diante dessa constatação, pergunta-se: O que explica e ou justifica a permanência destas mulheres nos grupos? Qual é o sentido que elas dão à realização de atividades em torno do projeto produtivo?

Parece lógico se concluir que a organização das mulheres no rural em torno de uma atividade econômica não é o fim em si mesmo, mas um instrumento para propiciar a

cidadania destas mulheres, não podendo ser avaliada por sua eficiência econômica. Quer dizer, a propensão das mulheres rurais a se organizarem em grupos está ligada a contribuição que traz essa estratégia para a construção de um sujeito político que traga demandas pautadas nos diversos interesses e que questione o *habitus* vigente para que almeje uma sociedade justa. Um projeto produtivo, aliado as discussões políticas pode ser um instrumento que capacite as trabalhadoras rurais para a auto-organização e que possibilite a ação política.

O questionamento desta lógica da qual estão sujeitas, pode favorecer a participação da mulher em espaços políticos, econômicos e sociais, antes predominantemente masculinos, de forma decisória para a implementação de novas políticas públicas para o meio rural brasileiro, políticas essas que considere as demandas e os impactos na vida das mulheres rurais, e que se adeqüe as transformações gerais que este espaço vem sofrendo. Isso reafirma uma outra racionalidade, pautada em outros interesses e objetivos,

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. Gênero e Desigualdade. **Cadernos Feministas**. São Paulo: SOF, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Sociedade. Porto Alegre, julho/dezembro de 1990.